

A RELAÇÃO ENTRE ACADEMIA, LUTAS SOCIAIS E ATAQUES FASCISTAS A PROPÓSITO DE UMA DISCUSSÃO SOBRE A HISTORICIDADE DA PRÁTICA DISCURSIVA ACADÊMICA¹

Marcos Roberto dos Santos Amaral

Doutor em Linguística Aplicada pelo Programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada da UECE - PosLA-UECE (2021). Possui graduação em Letras Português e Literaturas pela Universidade Estadual do Ceará - UECE (2009) e mestrado pelo mesmo programa (2017). Membro do Grupo de Estudos Bakhtinianos do Ceará (GEBACE). Professor da rede estadual de ensino do Ceará - SEDUC-CE. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8130-4580>; E-mail: mdmrsamaral@gmail.com.

¹ O artigo compõe um capítulo da tese defendida junto ao “Programa de pós-graduação em Linguística Aplicada - PosLA-UECE, em 2021, “O carnaval e a vida por contrabando selvagem: a propósito da prática discursiva em Deleuze e Guattari sobre o corpo sem órgãos (CsO).

A RELAÇÃO ENTRE ACADEMIA, LUTAS SOCIAIS E ATAQUES FASCISTAS A PROPÓSITO DE UMA DISCUSSÃO SOBRE A HISTORICIDADE DA PRÁTICA DISCURSIVA ACADÊMICA

LA RELACIÓN ENTRE ACADEMIA, LUCHAS SOCIALES Y ATAQUES FASCISTAS EN EL CONTEXTO DE UNA DISCUSIÓN SOBRE LA HISTORICIDAD DE LA PRÁCTICA DISCURSIVA ACADÉMICA

Marcos Roberto dos Santos Amaral

RESUMO

Discutimos o papel político da universidade frente às históricas violências sociais a que grupos excluídos dos saberes e poderes produzidos coletivamente são estrategicamente submetidos; os limites de sua atuação para a comunidade, seja estritamente a acadêmica, ou a das periferias, dos grandes centros institucionais da vida social ou das redes sociais; questão sobre as legislações e os financiamentos que “regulam” esta atuação, bem como sobre as peculiaridades da vida do sujeito acadêmico; e os ataques fascistas que ela sofre. Isto para problematizar a condição ambígua da academia que, se, por um lado, pode contribuir para o “progresso” da sociedade, por outro, tem essa contribuição desvirtuada pelo uso mercantil que o progresso implica e sugerir que a crítica dessa condição é passo indispensável para a revisão de condutas conservadoras que impregnam as esferas acadêmicas. Pretendemos contradizer os interesses e as consequências políticas de ações fascistas que tentam deslegitimar a academia perante a sociedade em geral e a intimidar a fim de controlar seus atos éticos. Esperamos salientar as potências da condição diaspórica do acadêmico que se inscreve nesse processo de revisão de posturas conservadoras que assolam a academia.

PALAVRAS-CHAVE: Academia. Facismo. Práticas transformadoras. Práticas discursivas acadêmicas.

RESUMÉN

Discutimos el papel político de la universidad frente a la violencia social histórica a la que son sometidos estratégicamente los grupos excluidos de los saberes y poderes producidos colectivamente; los límites de su actuación para la comunidad, ya sea estrictamente académica, o la de las periferias, los grandes centros institucionales de la vida social o las redes sociales; pregunta sobre la legislación y financiamiento que “regulan” esta actividad, así como sobre las peculiaridades de la vida del sujeto académico; y los ataques fascistas que sufre. Se trata de problematizar la ambigua condición de la academia que, si por un lado puede contribuir al “progreso” de la sociedad, por otro lado, ese aporte se ve desvirtuado por el uso mercantil que implica el progreso y sugerir que el la crítica de esta condición es un paso indispensable para la revisión de las conductas conservadoras que impregnan los ámbitos académicos. Pretendemos contradecir los intereses y las consecuencias políticas de las acciones fascistas que intentan deslegitimar a la academia ante la sociedad en general e intimidarla para controlar sus actos éticos. Esperamos resaltar los poderes de la condición diaspórica del académico que se inscribe en este proceso de revisión de las posturas conservadoras que aquejan a la academia.

PALABRAS CLAVE: Academia. Facismo. Práticas transformadoras. Práticas discursivas académicas.

EM NOME DA ACADEMIA...

Talvez uma das experiências mais marcantes da vida social hodierna seja a da perplexidade e alheamento: classes sociais mais abastadas não sabem se se regozijam com suas benesses ou se lamentam por estarem enclausuradas e adoecidas pelo medo de perdê-las, a serem assaltadas, ou pagarem mais impostos; as classes marginalizadas não sabem quem lhes representam, se brancos ricos conservadores, jogadores ou artistas *pops* notáveis ou minorias desprestigiadas pela mídia de massa, não sabem simbolicamente se “(sobre) vivem na favela ou pertencem à comunidade”, muitos não sabem o que são por terem maior “poder” de consumo, terem sido jogadas em novos sonhos de consumo; as classes de super ricos manifestam-se ambigualmente por gestos de aparente satisfação com seus atos de caridade e de insatisfação de estarem no centro dos males da má distribuição de renda, ou tão somente defendem seu projeto de concentração de poderes e privilégios. As pessoas vivenciam atônitas, perplexas e passivamente as ambiguidades da vida “global” e “local”. Por exemplo, as com vida econômica um pouco confortável não sabem se se identificam com os ditos pobres ou com os relativamente abastados, rivalizando ou assumindo atos paternalistas para com as marginalizadas, que em geral não reconhecem sua marginalização. As pessoas não conseguem saudavelmente lidar com seus desejos e afetos, recalando suas escolhas diante do conluio dos imperativos morais e mercantis.

Enfim, esta incompreensão generalizada é sentida por nossos corpos, ansiosos, deprimidos e facilmente manipulados pelas fugazes doses homeopáticas que a indústria do entretenimento nos dá para inebriados, nos crendo, cidadãos de bem, pagadores de impostos, promotores de emprego, ativistas, famosos, bons empregados, pais, esposas, namorados, fracassados, pacientes de terapia, e outros heróis de nossa época, agirmos impotentemente contra os assédios colonizadores que cada vez precarizam mais a vida da maioria da população. Sabemos que tem algo errado, que isto nos incomoda, mas passamos do jeito que dá a vida, tentando aqui ou acolá reconhecermos alguma felicidade e/ou alguma utilidade em nossa vida, embora não consigamos emplacar um grande projeto de transformação pessoal ou social. O mundo acadêmico não passa incólume por esses sentidos de perplexidade e alheamento, como observa Santos (2008, p. 13):

Estamos a quinze anos do final do século XX. Vivemos num tempo atônito que ao debruçar-se sobre si próprio descobre que os seus pés são um cruzamento de sombras, sombras que vêm do passado que ora pensamos já não sermos, ora pensamos não termos ainda deixado de ser, sombras que vêm do futuro que ora

pensamos já sermos, ora pensamos nunca virmos a ser. Quando, ao procurarmos analisar a situação presente das ciências no seu conjunto, olhamos para o passado, a primeira imagem é talvez a de que os progressos científicos dos últimos trinta anos são de tal ordem dramáticos.

Problematizar a “depressão” ocasionada pela frustração da promessa de progresso que o mundo industrial fez valendo-se das potências das ciências do mundo moderno — acreditamos — que passa pela problematização deste mundo, uma vez que questionando os modos racionalistas-positivistas-empiristas de fazer acadêmicos não se estaria criticando a necessidade de um trabalho rigoroso, ético, que os métodos experimentais (a ciência deve existir, ao contrário dos investimentos que setores conservadores da elite social fazem, como vemos, a seguir) permitem, mas a lógica neoliberal que os conformou, isto é, a necessidade de se enquadrar dada realidade num sistema de valores excludentes de vivências não hegemônicas, sob a alegação de neutralidade e objetividade (que escondem os interesses de exclusão e afirmação somente do ponto de vista do detentor da “máquina infernal”, conforme a expressão bourdieusiana, capitalista que possui/financia/boicota/constrange/seduz/desvirtua os meios de produção científica). Critica-se ainda a crença de que existem temas e modelos de escrita cientificamente “privilegiados por força do que uma linguagem formal e objetiva deve ser perseguida (o que esconderia o caráter subjetivo que participa da composição constituindo assim o sentido em qualquer forma discursiva, do qual a lógica neoliberal quer tolher os direitos em nome da — oportuna/ista — neutralidade e objetividade.

Afinal, de acordo com Kroef (2017, p. 67), a ciência é “vaga, no sentido de vagabunda [e citando de “Mil platôs”] nem inexata com as coisas sensíveis, nem exata como as essências ideais, porém anexata e, contudo, rigorosa”. Essa vagabundagem delinea-se tanto pela vontade de se libertar do policiamento da abstração, a inconcessiva vontade de inclusão em sistemas rigorosos de referências, que negligenciam/depreciam/invisibilizam aquilo que foge dos paradigmas eleitos por quem tem o poder de dizer o que é válido — os centros econômicos, políticos, midiáticos e acadêmicos (estes que muitas vezes está refém daqueles); quanto do da norma que disponibiliza apenas as formas de escrita (engessadas) não subjetivas. É a ciência “nômade que se opõe ao estável, ao idêntico, ao eterno, ao constante, característicos da ciência de Estado. Ciência nômade que é turbilhonar, onde as coisas-fluxo se distribuem, em vez de distribuir um espaço fechado para coisas lineares e sólidas” (KROEF, 2003, p. 10), que perambula por entre outras esferas, temas, estilos, sujeitos a fim de se superarem os assédios imperialistas que dominam aquilo que comumente se crê como

acadêmico. A ciência responde, assim, aos interesses capitalistas quando endossa lógicas de explicação do mundo em função de se lhe postular qualidades essenciais as quais em condições ideais/artificiais (ou seja, “laboratoriais” existentes apenas “protegidas” dos acidentes/contingências próprios das situações concretas) são verificadas pela sua regularidade. Essas formas de explicação excluem outras qualidades que não se deixam capturar enquanto regularidade verificável em condições ideais, assim como são excluídos sujeitos, valores e práticas por não se enquadrarem no padrão burguês de ser, sentir e agir.

Neste momento, podemos questionar se a ciência está refém de poderes colonizadores, como conceber que ela participa da construção de importantes debates públicos sobre cidadania, por exemplo. Antes de tudo, destacamos a partir de Martins Ferreira (2017, p. 20) que não se deve confundir hostilidade à injustiça e à opressão, pois é uma tolice, com hostilidade à ciência e à racionalidade e, reiteramos, que a academia, pelo menos a pública, não assume como ponto principal a causa mercantil a enunciar formações voltadas para o “empreendedorismo” (pelo menos sua face que, na ilusão de ser patrão/dono do próprio negócio, mascara o projeto de exacerbação da terceirização/desresponsabilização do empregador pelos direitos do empregado e culpabilização do empregado pela precariedade do emprego/“negócio”) ou mercado de trabalho, por exemplo. Antes coloca como objetivo máximo em geral a formação crítica e a ação social contra as mazelas sociais, tanto no que toca a seus projetos de extensão, quanto de ensino e pesquisa e nesse sentido contempla a necessidade de formação profissional pois é uma forma de inclusão social. Logo, sua participação para a reprodução de interesses mercantis se dá, estruturalmente (destacamos que não desconsideramos que haja setores no mundo acadêmico que coadunem e estejam mancomunados com interesses do mundo do mercado), porque ela está inscrita na malha generalizada das práticas de consumo e especulação financeira que caracterizam a vida contemporânea, o que conforma seus modos de pensar e agir.

Nesse sentido, a academia, de fato, tem importante papel transformador para a sociedade, seja em resguardar procedimentos ontológicos e epistemológicos orientados para uma razão “arrazoada” segundo compromissos com as causas públicas transformadoras, seja em buscar intervir em situações de violências sociais. Atos estes que sustentam em maior ou menor grau os projetos filosóficos e científicos das diversas escolas e tendências desde as primeiras discussões mais distantes no tempo e espaço até as de hoje em dia. O problema está no fato de que muitos métodos científicos, sobretudo, aqueles empírico-universalistas que as

posturas racionalistas e positivistas sofisticaram foram assimilados pelos pontos de vistas da produção industrial, de tal modo que, devido o projeto capitalista de legitimação do seus modos de ser e fazer (a despeito da sua face cruel exploradora), por meio de propagandas (daí a mídia ser fortemente patrocinada pelas grandes corporações capitalistas), a noção de progresso e racionalização defendidas por estes métodos foi estrategicamente associada a essa produção industrial. Contra estas noções é que a academia promove discussões a respeito de que a ciência, antes que a serviço do produtivismo, está a da sobrevivência (SANTOS, 1978, p. 49). Assim, a academia continua transformando a sociedade, é certo que como pode, e, a curto prazo, em nada se comparando com a ação da mídia² ou do mercado, e isto não garante que passe a salvo da ação estrutural da lógica capitalista colonizadora³.

Inevitavelmente, qualquer proposta de explicação/organização do mundo ecoa formas de exclusão e inclusão a elegermos seja um tipo de problemas que ganham a atenção geral da comunidade acadêmica em detrimento de outro ou seja um tipo de produção discursiva que consagra umas formas e preterem outras. Quanto a este último ponto, que nos interessa mais de perto, Martins Ferreira (2017, p. 21) observa que os modos de escrita acadêmica respondem antes que a um movimento de criação de conhecimento, mais a um “stock identitário” com o qual os pesquisadores têm reconhecidos seus trabalhos, sobretudo, aqueles que referendam a “qualidade” da produção, revistas de alto *qualis*, fomentadores de pesquisas e empregadores de pesquisadores. Esta identificação se caracteriza pelo modo de exposição baseado na paráfrase (MARTINS FERREIRA, 2017, p. 18), citação de estudos consagrados, sem necessariamente apresentar algum avanço social ou no campo de

² Com efeito, a mídia de massa em seus programas tematizam diversos assuntos e sujeitos relacionados a modos de ser consumistas, egoístas e alheios a causas sociais — por exemplo: a valorização de “personalidades públicas” como jogadores como Neymar e/ou Robinho associados a violências contra mulheres (cf.: https://www.huffpostbrasil.com/entry/bolsonaro-neymar-estupro_br_5cf953f3e4b0638bdfa66ec9. Acesso em: 15 nov. 2020; <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/10/17/fala-de-robinho-sobre-feminismo-gera-revolta-nem-sao-mulheres.htm>. Acesso em: 15 nov. 2020) ou a quantidade de programas cujo tema são as propriedades de famosos (cf.: https://www.purepeople.com.br/noticia/fotos-da-mansao-de-rodrigo-faro-ilha-2-piscinas-porta-grande-e-mais_a302293/1. Acesso em: 15 nov. 2020). Estes “heróis” das narrativas “pops” fomentadas pelo mercado da *mass media* são bem diferentes dos que enunciam, pesquisadores/professores/ativistas, os relatos/exposições/descrições/estudos de caso/revisões bibliográficas/intervenções sociais que compõem as pesquisas acadêmicas. É nesse sentido que em geral ocorre uma disputa entre os projetos transformadores da academia e os conservadores da grande mídia. Inclusive, foram nas redes sociais, principalmente, *Youtube*, *Whatsapp*, onde se orquestraram diversos ataques contra a legitimidade da posição da ciência em causas públicas, como questão da vacinação coletiva, do isolamento social e dos perigos da pandemia causada pelo COVID-19.

³ Esta noção de progresso e racionalidade produtivistas está infiltrada, por exemplo, quando se pensa cidadania como inclusão (enquadramento/limitação) da participação social em “decidir”, como em eleições, quais dentre aqueles que os poderes oferecem (“escolhem” previamente), serão “votados” ou como pagamento de imposto.

conhecimento. Dessa maneira, ocorre a construção de um tecido feito de retalhos do que já disseram apenas renomados pesquisadores, sem se recorrer aos excluídos dessa vida acadêmica, saberes, poderes, sensações e modos de dizer característicos de povos ancestrais e periféricos, por exemplo. Essa prática acadêmica, a qual acreditamos, podemos “qualificar” como burguesa, torna-se uma prática que significa apenas no que ela reforça o que fora consagrado na fala de uma referência na área, ou seja, uma prática personalista, como se fosse um consumidor de algum produto de marca famosa (é preciso, responsável/prudentemente, deixar claro que tal crítica se dá em função da necessidade de vigilância contra práticas conservadoras que podem atacar as diversas ações no mundo, dentre as quais, as da ciência. Nesse sentido, não se está validando a negação fascista da ciência. Está-se apontando que se pode ampliar as potências positivas da ciência em se abrindo o “stock identitário” a vozes e corpos marginalizados).

É preciso considerar que os gêneros acadêmicos — exposições científicas, relatos de experiência pedagógica e de pesquisa, relatórios de pesquisa, monografias, dissertações, teses, ensaios acadêmicos, artigos científicos, resenhas, resumos, resumos expandidos, dentre outros — arquitetam-se estabelecendo uma forma discursiva “apropriada” para o trabalho acadêmico. Certamente, conforme Martins Ferreira (2017, p. 14), “os gêneros acadêmico-científicos surgem a partir da necessidade de se divulgar o conhecimento produzido através do método científico” e, assim, eles referendam os interesses que fundam os projetos acadêmicos nas maneiras peculiares como se organizam seus temas, estilos e composições discursivas. Subverter estas composições discursivas concorrem para a transformação criativa dos paradigmas da academia, sobretudo, porque há “uma relação entre um modo de organização social e um modo de existência dos textos em que doutrina e funcionamento institucional são indissociáveis” (ROLIM, 2006, p. 50). Logo, tal postura se delineia não só pela desconstrução das relações de sentido que sustentam um cânone discursivo, mas por problematizar os cânones políticos que o incorporam. No caso, o projeto neoliberal que captura o acadêmico e o subjuga tornando refém de financiamentos e agências de qualificação, bem como pela organização da materialidade discursiva. De acordo com Rolim (2006, p. 48), determinados tipos de discursos que são admitidos como apropriados participam da garantia da credibilidade do que é dito neles. A subversão das formas de organização do discurso, escolhas temáticas, estilísticas e construções composicionais se inscreve contra uma vida institucional que silencia e invisibiliza as axiologias e formas de interação de grupos

excluídos dos saberes e poderes que a sociedade produz, como os acadêmicos. Vida esta que referenda perspectivas conservadoras que “justificam” e mesmo defendem este *apartheid* social, civil e epistemológico, como a lógica neoliberal que se apropriou da racional-positivista-experimental.

Essa subversão, inclusive, é possível destacar, pode endossar os processos de democratização da ciência, conforme se oriente pelos diálogos sobre a necessidade de universalização do acesso à vida concreta da/ciência. Uma forma de fazê-lo é problematizando a presença do sujeito pesquisador, e de outros envolvidos, na pesquisa que é ocultada em nome da neutralidade, “expediente retórico” peculiar à posturas reacionárias. Isto porque os discursos admitidos como apropriados criam uma memória — e um corpo — do enunciador, e de outros sujeitos envolvidos, o leitor, o fomentador, o pesquisador, na prática discursiva. Memória e corpo que constrangerão, como força centrípeta, outros corpos e memórias a se enquadrar na sua visão de mundo. Cremos ser bastante importante compreender que as práticas acadêmicas se estruturam tanto respondendo a expectativas sociais que dizem respeito a rigor metodológico e à qualidade do conhecimento apresentado, quanto a expectativas, como salienta Santos (1978, 29), que dizem respeito a

relações dentro dos grupos e entre os grupos, sobretudo, as relações de autoridade (científica e outra) e de dependência. É necessário também estudar a comunidade científica em que se integram esses diferentes grupos, o processo de formação profissional dos cientistas, o treinamento, a socialização no seio da profissão, a organização do trabalho científico, etc.”.

E cremos, ainda, que este estudo se pode fazer problematizando-se as práticas discursivas acadêmicas. Os ritos e normas específicas que regulam as práticas acadêmicas na história recente estão orientados pelas sociabilidades e vivências próprias das relações capitalistas, ou seja, tudo está significado pelo signo da troca e acúmulo de poder; e essas questões são problematizadas em modos de dizer que emergem, a partir de atos orientados pelo horizonte axiológico de contestação peculiares à crítica das posturas neoliberais, fundamentadas em sentidos de “edificação”, “clareza”, e afins. Esses modos de dizer descentram quem pode dizer o quê, como e o porquê e para quem nas práticas acadêmicas, especialmente, a permitir que signos proibidos pelos interesses neoliberais científicas assumam o papel de promotores de conhecimento acadêmico que se desvia da lógica da troca de propriedade, tanto pelo conteúdo, quanto pelo forma de enunciá-lo, uma vez que os tipos de discurso considerados apropriados representam “seu papel não somente pelos conteúdos

que ela veicula, mas também pelos modos de enunciação que ela autoriza” (ROLIM, 2006, p. 50). Santos (2008, p. 79), explicando as transformações por que as práticas acadêmicas estão passando a relativizar os paradigmas cientificistas, destaca que

Na fase de transição em que nos encontramos são já visíveis fortes sinais deste processo de fusão de estilos, de interpenetrações entre cânones de escrita. Clifford Geertz estuda o fenômeno nas ciências sociais e apresenta alguns exemplos: investigação filosófica parecendo crítica literária no estudo de Sartre sobre Flaubert; fantasias barrocas sob a forma de observações empíricas (a obra de Jorge Luís Borges); parábolas apresentadas como investigações etnográficas (Carlos Castañeda); estudos epistemológicos sob a forma de textos políticos (a obra *Against Method* de Paul Feyerabend). E como Geertz, podemos perguntar se Foucault é historiador, filósofo, sociólogo ou cientista político.

A complexidade dessa questão encena o olhar do pesquisador que, ao contrário de reconhecer regularidades escondidas por entre os problemas evidentes dos fenômenos para serem arrumadas em classificações generalizáveis, se engaja em questões públicas dentre as quais as de combate a formas de falar sobre o mundo que concorrem para a estabilização de práticas conservadoras. O conhecer não é só quantificar, descrever e concluir, mas, especialmente, também problematizar como os modos de fazer ciência participam para o bem e para o mal das lutas sociais, em geral, e atuar em conjunto com os grupos marginalizados, especificamente. Logo, não se limita a prática acadêmica a descrever um estado de coisas, mas tenta criar novas sensações, sociabilidades ao lado de conhecimentos, o que é possível com composições discursivas simpáticas aos jogos de linguagem familiares a esferas criativas como arte, mitologia, etc, que não endeusam a vontade de verdade/de critérios universalmente aceitos e reconhecem a presença constitutiva da audiência e do autor e do valor do material discursivo. Enfim, reconhece-se que a prática acadêmica não deixa de ser um processo retórico, um processo de persuasão (SANTOS, 1978, p. 29; CORACINI 1991). Vale destacar que essa problematização não se define por ser uma “busca” pela criação de um único modo de dizer, o que, certamente, impediria que houvesse interações e formas de vida específicas; define-se por ser uma força centrífuga que “garante” a criatividade dos diversos modos de dizer, o que permite a transformação das diversas interações e formas de vida, especialmente, as excludentes.

A questão da forma de conhecer a natureza, os estados de coisas, tanto varia na definição de natureza quanto nos modos de proceder para sua apreensão e nas relações sociais

que se perpetram associadas a estas variações. A natureza⁴, em geral, é compreendida reduzida a uma matéria estável, que serve de fonte de recursos para o desenvolvimento da vida mercantil-industrial, mas pode ser compreendida como um sujeito com direitos de cidadania, como na ecologia do saber (SANTOS, 2018). Com o primeiro caso, estuda-se o potencial material da natureza para sustentar a vida moderna civilizada capitalista, como se ela fosse armazém cujos produtos devem ser organizados da forma mais produtiva em função das vontades do ser humano que age como seu senhor; com o segundo, estudam-se as dinâmicas, as complexidades e as vontades da própria natureza a fim de as respeitar e lhe garantir uma vida digna. Quanto à forma de se proceder para conhecer a natureza, Santos (2008, p. 77) explica que a ciência pode organizar-se concebendo conhecimento através da operacionalização e generalizar através da quantidade e da uniformização; ou o conceber através da imaginação e generalizar através da qualidade e da exemplaridade⁵. A primeira

⁴ É interessante notar que, embora a ciência emergja por postulados representacionistas-fundacionistas iluministas-modernistas que preveem que ela verificaria a “verdade” da natureza, que existe independente das contingências das possibilidades de observação, que devem ser controladas rigorosamente (o valor das metodologias empiristas-positivistas), sua relação com a natureza, como toda relação de sentido é interconstitutiva, de maneira que as noções de natureza são construções históricas, daí a importância de se salientar quando se está falando da natureza: se depois que o produto científico fora apresentado; ou quando os processos científicos estão em ação, pois, como Latour (2000, p. 234) observa, a natureza “fica atrás dos fatos depois que eles são feitos; nunca quando estão sendo feitos” e que “na prática, não há muita diferença entre pessoas e coisas: ambas precisam de alguém [uma coletividade] para falar [inscrever semioses] em seu lugar” (LATOURE, 2000, p. 120).

⁵ Pesquisas como as financiadas pelas indústrias farmacêuticas ou armamentistas são validadas em geral, academicamente, sobretudo, por uma metodologia considerada rigorosa. Destacamos desde já que o problema a discutirmos por ora não é o rigor metodológico, antes, é o fato de que estas pesquisas em termos de justificativas e objetivos – responder a interesses políticos e do mercado – são absolutamente questionáveis. No entanto, na prática, isto não é suficiente para, academicamente, serem desqualificadas. Isto se dá, porque, embora teoricamente se anuncie que todos os movimentos retóricos da pesquisa são importantes (problema, justificativa, objeto, método, resultado, etc.) devendo esta orientar-se segundo a integralidade daqueles, ocorre que a se querer classificar uma pesquisa, pensa-se, sobretudo, nas técnicas e instrumentos de coleta de dados. A sobredeterminação das técnicas e instrumentos sobre os outros movimentos expressa-se, por exemplo, na atenção que se requer sempre (por mais que haja pesquisas que não o requeiram) que seja dada à metodologia (reduzida à técnica e não enquanto epistemologia), muitas vezes, com mais extensão que a análise propriamente dita. Isto é válido, enfatizamos, quando assim a pesquisa o requerer; o problema é que nem todas o requerem, mesmo assim, a despeito da diversidade de pesquisas, cobra-se uma atenção sempre especial à metodologia. É sintomático que historicamente, em termos de manuais, a criação da metodologia do trabalho científico concentre-se na justeza, clareza, objetividade e eficiência (não à toa, os mesmos valores que caracterizam a atividade burguesa) de coleta e trabalho com dados e dê pouca atenção ao estudo das diversas justificativas que se pode ter para um trabalho, os diversos enfoques que se dão a dados objetos, as diversas formas de ordenar e interpretar resultados, além das variadas questões que podem ser levantadas (enfim todos estes movimentos retóricos são construções – contraditórias – sociais, que sofrem legitimação ou não, também, historicamente). Toda essa diversidade, fundamentalmente, é tão rica quanto a diversidade de métodos e técnicas de pesquisa. Porém, apenas técnicas e instrumentos de trabalho com dados ganharam destaque (como num fetiche) para se classificar uma pesquisa. Este destaque não deixa de ter sua emergência na cultura positivista que elegeu apenas pesquisas laboratoriais como modelo, de cujo exemplo, se beneficiam aquelas mesmas pesquisas das indústrias armamentistas e farmacêuticas. Rigor metodológico, é claro, toda pesquisa

forma de organização foi explorada pelas práticas acadêmicas familiares ao racionalismo, empirismo, positivismo, a outra, pelas familiares às posturas à da filosofia da diferença, à dos estudos culturais, à dos estudos críticos da linguagem, , dos ameríndios, dos feministas, por exemplo. Considerando as formas de definir a natureza como matéria prima para o mercado que pode ser reduzida a abstrações, não é de se estranhar a relação íntima entre produção científica e tecnológica com interesses militares e interesses econômicos, como Santos (1978, p. 17) destaca.

As formas como se compreende, se procede para compreendê-la e como as relações sociais tratam a natureza, produzem uma inteligibilidade dela específica. Nas práticas acadêmicas há uma particular disputa que incide sobre esta inteligibilidade: as metáforas e analogias que “explicam” a compreensão de natureza ou têm dominância das ciências “humanas” — a natureza é vida, deus, um sujeito, um acoplamento de máquinas territoriais desejantes, ora das ciências “matemáticas” — conjunto de relações físico-químicas, algébricas, que ocorre independente da ação humana. A relação entre práticas acadêmicas e a concepção científica de natureza é fundamental para que se legitime programas acadêmicos que objetivem “projectos de vida locais, sejam eles reconstituir a história de um lugar, manter um espaço verde, construir um computador adequado às necessidades locais, fazer baixar a taxa de mortalidade infantil, inventar um novo instrumento musical, erradicar uma doença, etc.” (SANTOS, 2008, p. 76). Por mais que uma leitura da afirmação desse programa não sofresse sanção imediata, na prática, os financiamentos e “premiações” de pesquisas nessa linha é muito reduzido em comparação com pesquisas relacionadas à promoção de tecnologias utilizadas em carros, celulares e bombas, produtos relacionados a usos que sustentam a vida mercantil imperialista⁶. De fato, segundo Santos (2008, p. 31-32),

deve ter e se não tiver não é pesquisa. Acontece que esse rigor, teoricamente anunciado como flexível e dinâmico, na prática é vivenciado como rigidez, para usar os termos de Bourdieu (2001).

⁶ Não desconsideramos a importância pública de se desenvolver, por exemplo, uma geladeira com tecnologia para não criar camadas de gelo ou para não queimar com constantes quedas no fornecimento de energia. Questionamos o silêncio desse tipo de pesquisas sobre que potencializar as qualidades de um produto de consumo como geladeira, “a primeira escrava branca”, como percebe perspicazmente Belchior (cf.: <https://www.letras.mus.br/belchior/296787/>. Acesso em: 16 nov. 2020), está articulada com questões de endividamento e controle dos desejos das classes populares, além de um jogo mercantil de gestão da obsolescência programada. Estas últimas questões soam estranhas no meio científico de tendência positivistas dominado pelos interesses de mercado, sobretudo em função da (interessada na preservação das lógicas colonizadoras) neutralidade científica. Afinal, a ciência burguesa negligencia estratégica, ingênua ou cinicamente que “as condições epistêmicas das nossas perguntas estão inscritas no avesso dos conceitos que utilizamos para lhes dar resposta. É necessário um esforço de desvendamento conduzido sobre um fio de navalha entre a lucidez e a ininteligibilidade da resposta. São igualmente diferentes e muito mais complexas as

O determinismo mecanicista é o horizonte certo de uma forma de conhecimento que se pretende utilitário e funcional, reconhecido menos pela capacidade de compreender profundamente o real do que pela capacidade de o dominar e transformar [em objeto de renda]. No plano social, é esse também o horizonte cognitivo mais adequado aos interesses da burguesia ascendente que via na sociedade em que começava a dominar o estágio final da evolução da humanidade (o estado positivo de Comte; a sociedade industrial de Spencer; a solidariedade orgânica de Durkheim).

Esta referência à concepção de solidariedade dentro do horizonte axiológico do cientificismo burguês, permite já adiantarmos que em nossas discussões propomos uma ideia de solidariedade a delineando enquanto ato responsável comprometido com a desconstrução de práticas associadas a violências históricas contra classes marginalizadas. Enfim, não a concebemos para referir a atos, sejam compensatórios, cínicos ou ingênuos, cuja encenação reproduz a lógica de posicionar os sujeitos como os que têm e são bons porque ajudam os que não têm. Referimo-nos a que as práticas acadêmicas também se estruturam, como qualquer prática social, por ritos e normas específicas os quais são referendados pelos paradigmas aceitos pela comunidade acadêmica segundo o qual esta é treinada para desempenhar suas funções e acreditar que o seu paradigma é o mais apropriado para as questões em que se mobiliza (SANTOS, 1978, p. 28). Referimo-nos também a que a ciência moderna familiarizara-se com os interesses de mercado, o que contribuiu para a estabilização do paradigma hegemônico com pretensões de edificação e progresso sociais, na teoria, e, na prática, a promoção do produtivismo imperialista. Este paradigma está sendo questionado em todas as suas dimensões de expressão, dentre elas, a da materialidade discursiva pelo paradigma da sobrevivência⁷/da diferença.

A forma de produção de discursos acadêmicos é “treinada” pelas expectativas do paradigma hegemônico, a subversão dessa forma é uma maneira de subverter esse paradigma. Estas expectativas, acreditamos, explicam por que, em geral, nos concentramos em problematizar apenas se não há inconsistência nos conceitos, categorias de análise, dados, procedimentos metodológicos e resultados, conclusões, ou seja, o conteúdo e pouco discutimos a relação entre esses conceitos, categorias, etc. com o recurso a determinadas composições discursivas (salvo quando se reclama, ingênua e perigosamente — pois se pode

condições sociológicas e psicológicas do nosso perguntar. É muito diferente perguntar pela utilidade ou pela felicidade que o automóvel me pode proporcionar se a pergunta é feita quando ninguém na minha vizinhança tem automóvel, quando toda a gente tem excepto eu ou quando eu próprio tenho carro há mais de vinte anos” (SANTOS, 2008, p. 19).

⁷ As crises paradigmáticas por que a ciência passa pode ser percebida quando há grandes esforços em justificar seu trabalho tanto entre os pares quanto entre as demais esferas de criação ideológica.

questionar por que não há maior “investimento” em promoção/familiarização dessa linguagem — que a linguagem acadêmica deve ser “simplificada” para todos entenderem) mobilizadas para organizar num artigo, tese, relato de experiência, etc., como se explorar efeitos de sentidos da materialidade discursiva fosse um acidente a ser evitado ou apenas um licença permitida em alguns momentos. Coracini (1991, p. 19) destaca que há uma “camuflagem enunciativa” para instaurar um efeito de objetividade, em outras palavras, “banir toda ambiguidade e polissemia (CORACINI, 1991, p. 20) do discurso acadêmico que concorra para consecução da sua validação social como verdade. Este efeito de objetividade se dá pelo apagamento da presença constitutiva do autor na construção do conhecimento, “camuflado” como observador imparcial, e não como seu construtor⁸ orientado segundo o horizonte social ao qual pertence.

Evidenciar esta presença, ou seu excesso, singulariza discursos artísticos, por isso a ciência tenta se afirmar como distinta da arte. É curioso que o discurso acadêmico se explica, comumente, pela vontade de persuasão através da demonstração da veracidade do que se expõe, embora não se admita que seja um ato subjetivo⁹, isto é, marcado pela presença de um autor que seleciona informações, as quais, por mais que relacionadas a determinados padrões de regularidade e de generalização, passam pelas suas “mãos”, vozes, pontos de vista impregnados de contradições históricas. Coracini (1991, p. 21) observa que esta peculiaridade persuasiva pode ser percebida nos jogos discursivos que se constituem com a organização do tempo verbal e das pessoas, da modalização, da linguagem metafórica, da intertextualidade — citação, diálogo de vozes. Certamente que a presença autoral não é uma propriedade de

⁸ Acreditamos que o controle do cidadão, do trabalhador, da mulher, do camponês, dos indígenas, dos negros, crianças e adolescentes, dos trans, homoafetivos, usuários, moradores de ruas e outros marginalizados que as sociedades colonizadoras perpetraram para manter o poder do branco, empreendedor, homem, patrão, ocidental, cidadão de bem, gestor público tem os mesmos tons do controle do autor criativo e sua linguagem persuasiva na ciência, uma vez que todas estas formas de controle são condições para a concentração de poder/saber nas mãos dos grupos historicamente privilegiados que consolidaram suas formas de administrar as pessoas e suas produções e formas de explicar o mundo através da colonização e escravidão diretas e indiretas como ocorre hoje.

⁹ Entenda-se subjetivo não como “irracional” ou “sem rigor”, mas enquanto marca da ação de um sujeito que dentre diversas possibilidades “escolhe” algumas com que proceder. Entenda-se também não como força autárquica, mas enquanto respostas tensas aos diversos constrangimentos sociais que constituem nossas escolhas. Portanto, subjetivo não é aquilo que não pode ser medido/quantificado/predito, que pertence à “opinião”, ao arbítrio individual (“incontrolável”), mas o que indicia a presença autoral, contraditória e intersubjetiva. Assim objetivo, por ser aquilo que permite a preditibilidade/generalização seria uma ficção, no sentido de que nada escapa de estar situado historicamente - ter um sujeito, tempo e lugar -, não fosse a necessidade de se postular abstrações com as quais se estabelece padrões explicativos de tendências de comportamentos, o que é útil em várias formas de explicar o mundo, embora não a única, nem a “melhor”.

discursos subjetivos ao contrário do que ocorre com os objetivos e que a prática discursiva acadêmica se constitui enquanto gênero dialogando com formas de esferas não acadêmicas: vejam-se os diálogos socráticos, os ensaios de Diderot, Voltaire, Rousseau, a obra de Nietzsche, o próprio “Discurso sobre o método” de Descartes tem características autobiográficas e, portanto, do romance de formação. A descoberta/imposição do modelo objetivo/sem presença do sujeito se dá porque se admitiu o conhecimento como independente da ação humana, que apenas constata/descreve o que tem de universal/verdadeiro, como os paradigmas cientificistas endossam. Para tal, a linguagem neutra é sentida mais apropriada.

Tal projeto, por mais que obnubile o caráter criativo do autor na criação do discurso acadêmico e que esta participa da construção da verdade que este demonstra, não deixa ser uma evidência da presença do autor, uma vez que ele escolhe as formas composicionais que respondem às expectativas que seus pares aceitam como legítimas, as do seu paradigma, que é uma construção social. Coracini (1991, p. 33) ressalta que é a “objetividade científica, conceito inteiramente vinculado à [jogos de sentido da] comunidade e não ao indivíduo, como queria Descartes” e que os “enunciados universais” reclamados (de fato, inventados, historicamente) pela vontade de postulação de conhecimentos universais também são situados — possuem sujeito, tempo e lugar¹⁰. Por fim, considerando o mundo da ciência neoliberal que prometeu progresso e entregou a exacerbação de violências decorrentes da concentração de renda, saberes e poderes, problematizar o “resgate” do sujeito (plural, multifacetado, criativo, transformador), no discurso acadêmico pode ser efetivado pela crítica dos modos de dizer que as práticas acadêmicas estabilizam ou subvertem, considerando o que é afirmado ou contestado, conforme esteja respondendo a demandas sociais de “superação” de estados de exclusão e violência. Desta maneira, pode-se desconstruir o senso de que a ciência, numa condição de sujeito “esclarecido”, é um vilão social que tanto usurpou o “poder” da religião, acusando-a de “obscura”, enganadora, quanto o de que não cumpriu sua promessa de progresso — e inclusive o de que promove “ataques contra os bons costumes” e “aparelha as universidades com ensinamentos comunistas”. A importância da desconstrução desse

¹⁰ A própria clássica distinção entre sentenças assertivas (a que a ciência deve alçar-se, após questionar as opiniões e aparências), interrogativas e imperativas se delinea em função das modalizações, respectivamente, aléticas (constatação), deônticas (obrigação) e epistêmicas (probabilidade) implica uma relação diante de um objeto e outro sujeito, logo implicam em alguns momentos considerações quanto estarem situadas historicamente.

equivocado e muitas vezes mal intencionado senso decorre de que ele é acionado para que se “justifique” os ataques fascistas que as práticas acadêmicas sofrem, como vemos doravante.

APESAR DA ACADEMIA...

Há uma relação tensa entre mundo acadêmico e mundo não acadêmico, marcada por incompreensões mútuas que orientam as formas como estes mundos interagem e produzem, oferecem, circulam e se apropriam de seus produtos entre si. Considerando que a prática discursiva acadêmica responde tanto a rituais oficiais de organização do discurso acadêmico quanto a desejos de renovação da relação mundo acadêmico e não acadêmico no sentido de familiarização deles como maneira de participar de atos contra violências sociais. questionamos: a quem se deve a produção acadêmica, à comunidade ou a seus membros institucionais? Como deve ser a experiência da comunidade em relação aos produtos acadêmicos, ativa ou passiva? É possível esta participação considerando que as associações habituais do proceder acadêmico, que sofrem o assédio de lógicas colonizadoras, se apartam de signos marginais ao cânone? Práticas discursivas acadêmicas que se engajam em debates públicos orientados pela luta contra constrangimentos de grupos marginalizados e de ação em favor desses, através da sua escuta, agenciam enunciados peculiares a falas de quem sofre violências. Este gesto de escuta é organizado no seu discurso materialmente com o desvio de normas oficiais que regulam a produção acadêmica que privilegiam a variedade formal da linguagem e um ponto de vista objetivo. Por isso, a potência de relações de sentido polêmicas com o ponto de vista dos defensores de uma produção purista da escrita acadêmica, ao ponto de se “acusar” de não ser um trabalho acadêmico. Dentro desse horizonte, figuram produções que causem escândalo, dessacralizando jogos de linguagem acadêmicos, ao “misturar” na sua escrita modos de dizer historicamente considerados “rebaixados”, pelo ponto de vista hegemônico, como não acadêmicos, burlando aqueles que terão uma reação conservadora.

Acreditamos que essa produção, orientada pela familiarização com as peculiaridades de enunciados típicos de grupos que sofrem violências e para a dessacralização de normas hegemônicas, indicia sua “popularidade” (é claro que estamos falando sob um contexto massificado em que é muito mais fácil se reconhecer a imagem de um jogador de futebol famoso do que a de um escritor “famoso”) percebida pelo interesse que movimentos sociais, dentre outros, tanto os de centros acadêmicos, de militância política, quanto os de

periferia, etc. A postura rebelde expressa nesses modos de dizer (os quais, também, são um expediente “argumentativo”) oportuniza, em muito, essa aproximação entre academia e grupos minorizados. Tais constatações orientam a questão de por que, por mais que instituições respeitáveis, como as acadêmicas, defendam que o fascismo é nefasto para a sociedade, surjam práticas como a intimação de professores universitários para explicar “ação antifascista”, como o fez a procuradora Nilce Cunha Rodrigues¹¹? Não questionamos, portanto, porque não prevemos que instituições sociais, politicamente, não possam ser acionadas, constrangidas e/ou, convenientemente, tomem partido, nem porque desconhecemos que as micro e macrorrelações entre as diversas instituições sociais são tensas, e constrangidas pelos interesses de mercado. Questionamos, porque, pelo menos até agora, não se convencionou juridicamente questionar o sentido de fascismo enquanto ato que possa gerar defesa. Ação antifascista não precisa de explicação! Questionamos portanto, para destacar que há disputas ideológicas que grupos hegemônicos conseguem travar, “silenciosa” e potentemente, nas mais diversas esferas, se não em todas, contra pontos de vista que se fundamentam por práticas transformadoras de inclusão e distribuição justa do que a sociedade produz. Assim, conseguindo “recrutar” parte da sociedade para apoiar atos que lhe são opressivos e “julgar” e “penalizar” condutas acadêmicas que problematizam o que impõem. Logo, tal questão demonstra uma relação tensa entre academia e outras instituições considerando as contraditórias forças transformadoras e reacionárias que lhes compõem, historicamente, de maneira que as formas como atos perpetrados contra a academia por outras instituições se tornam uma questão que deve ser discutida, quando se questiona a relação academia e outras esferas de saber e poder. Estarrecemo-nos diante da intimação, pois esta parece funcionar segundo a lógica mesquinha de que, em nome da intransigente defesa de ideologias classistas, passe-se a acusar de imoral a defesa por direitos de grupos marginalizados. É a mesma lógica que endossa determinados discursos em redes sociais, por exemplo,

¹¹ Cf. em: <http://www.ceilandiaemalerta.com.br/2018/11/27/mpf-intimida-professores-universitarios-no-ceara/>. Acesso em: 12 dez. 2018.

Figura 1 - Fake o que é racismo



Fonte:

https://www.google.com/search?q=preconceito+contra+branco&source=lnms&tbn=isch&sa=X&ved=0ahUK Ewj85eGkVfAhUPI5AKHZFhALUQ_AUIDigB&biw=1366&bih=608#imgrc=ActsFfM1vZwidM:>. Acesso em: 12 dez. 2018.

Nos dois casos, categorizam-se negativamente lutas sociais legítimas contra o preconceito racial e homofóbico e a exploração de classes, pressupondo, ingênua ou cinicamente, uma sociedade não violentamente estratificada. O mal-estar que Butler causa se dá pela crítica das relações abusivas em que normatividades obtusas se fundamentam; a defesa do sistema burguês imbrica-se com a sustentação de relações trabalhistas, econômicas e sociais assimétricas; o dito racismo reverso silencia a história de abusos heteropatriarcais, coloniais e capitalistas e as estatísticas atuais das condições insalubres em que vive a maioria da população negra. Vemos, dessa maneira, que os sentidos aí são postulados segundo pontos de vista hegemônicos que buscam conservar seu *status* e poder. No final das contas, as crenças e práticas contra direitos de minorias fundam-se em imagens de merecimento exclusivo de *benesses* da produção material e simbólica social, a despeito de outrem não ter condições de usufruí-las. Essa lógica não se limita a discursos não-oficiais; ela é produtiva, como vimos, em diversos atos institucionais. No projeto de lei nº 273/15, de autoria de uma conservadora deputada (AL-CE), defensora da escola sem partido, temos em

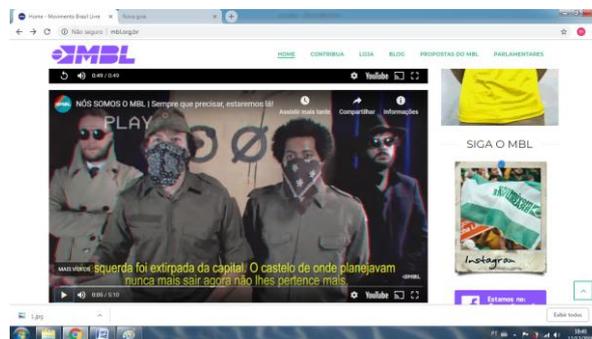
Parágrafo único. O Poder Público não se imiscuirá na orientação sexual dos alunos nem permitirá qualquer prática capaz de comprometer ou direcionar o natural desenvolvimento de sua personalidade, principalmente no que diz respeito à identidade biológica de sexo, sendo vedada, especialmente, a aplicação dos postulados da ideologia de gênero.

Sem nos deter na questão do que seja o “natural desenvolvimento da personalidade”; na dos limites de um profissional não qualificado na área deliberar sobre como proceder no exercício do magistério; e na de que o não partido é requerido por alguém com partido declarado, percebe-se que as mesmas relações de sentido encontradas nos memes e na intimação se inscrevem no projeto de lei, o conceito não acadêmico e fortemente de inspirações fascistas de “ideologia de gênero” é um de seus motes. De fato, precisa-se dizer

que, como fizemos acima, instituições respeitáveis defendem que fascismo é nefasto e que é impossível não tomar partido e é preciso fazê-lo pelo lado dos mais fracos e que historicamente, estes somos nós, negros, mulheres, pobres, homoafetivos, mendigos, trabalhadores proletarizados, refugiados, imigrantes e semelhantes. O que estas práticas discursivas que citamos a pouco fazem, dentre outros abusos e absurdos (uma estratégia muito utilizada, seja ingênua ou cinicamente, pelos poderes conservadores), é colocar em xeque a academia. Todo o conhecimento acadêmico contra o fascismo pouco pôde fazer diante das práticas sociais que, avessas (cite-se, por exemplo, “escola sem partido” e Movimento Brasil livre) às necessidades sociais de distribuição de bens, poderes e direitos, promovem uma luta contra forças sociais que buscam sanar essas necessidades, sobretudo, os movimentos e instituições de cunho popular (cite-se, por exemplo, MST, movimentos pró-direitos humanos) em nome de uma pretensa luta contra as diversas “ideologias”, “de gênero”, “de Gramsci”, etc. Como decorrência da questão inicial (sobre a intimação), pensamos se se pode enunciar a seguinte questão: apesar da academia, por que o Fascismo? A possibilidade de resposta reticente, como a de que o papel da academia não é político, deve-se ao fato de que as práticas classistas excludentes atravessam todas instituições sociais. Isto implica outra questão: a academia se quer antifascista? Parece que a resposta é sim. E, nesse caso, responder à questão anterior afirmativamente pressupõe que se aceita que as instituições acadêmicas combatam-no. Sendo assim, embora a insistência da academia, a insistência do fascismo ocorre desconsiderando suas construções intelectuais e políticas.

Não é difícil considerar que, na disputa entre a lógica fascista, impregnada em diversos sentidos comuns conservadores, e a acadêmica, esta está perdendo, haja a vista a defesa das reformas trabalhistas e a reestruturação dos ministérios, no âmbito oficial-institucional, por um lado, e, por outro, no âmbito não-oficial, a convocação para a guerra, nos termos do vídeo “Nós somos o MBL/sempre que precisar, estaremos lá”, no site <http://mbl.org.br/>, que afirma que a luta contra a esquerda não acabou, porque o “câncer” se espalhou por redações de jornais, sindicatos e corporações, a escola dos seus filhos, entre outras coisas do mesmo “naipe”.

Figura 3 - Cena do MBL



Fonte: <http://mbl.org.br/>. Acesso em: 12 dez. 2018.

A partir do que vimos discutindo, é preciso ponderar sobre que a crítica dos fundamentos das práticas acadêmicas não implica a desconsideração de sua importância social, sobretudo, no seu papel de promotora de práticas de empoderamento e emancipação de grupos marginalizados. Esta crítica é uma forma de garantir que os *modi operandi* das práticas acadêmicas estejam sempre orientados para a transformação social, estejam sempre orientados para os interesses populares das classes oprimidas, assim, desviando-se de ideologias de mercado e de políticas elitistas. Nesse sentido, deve-se ter bastante cautela na crítica para que esta crítica dos fundamentos das práticas discursivas e da vida acadêmicas não se torne mote para ataques fascistas que colonizam os discursos, saberes e poderes transformadores das práticas acadêmicas e os reduzam a seus interesses imperialistas, como está ocorrendo, quando se defende que as universidades estão “doutrinando” e que não “formam” bem seus alunos, por isso merece uma reforma/intervenção mercantil/militar. Em nome do senso de que a educação nacional é fracassada, está pondo-se em pauta diversas políticas públicas de reformismo conservador da educação, cujos interesses básicos são corte de gastos e despolitização, embora se defenda publicamente a moralização dos costumes e proteção contra a dita “esquerdização” (por exemplo, o ataque contra políticas de gênero e de classe do projeto escola sem partido) e necessidade de inserção no mercado de trabalho (por exemplo, a vontade da atual gestão federal de “menos política e mais futuro no espaço sideral”, – rs...). Logo, quando fazemos a crítica da academia, estamos fazendo a crítica dos aspectos conservadores da academia, isto é, as práticas que promovem um *apartheid* entre ela e os sujeitos sociais marginalizados, especificamente, a práticas discursivas e seus modos de dizer que buscam higienizar-se dos signos desses sujeitos, a fim de garantir excelência (posição superior/privilegio – a mesma lógica capitalista) do saber e poder acadêmico (que devem ser

críticos e engajados se se pretendem populares), bem como o decorrente esvaziamento da presença participativa da academia nas práticas sociais públicas¹² (neutralidade e objetividade). De fato, nossa crítica não é contra a existência da academia e da autoridade (no sentido de respeito adquirido pela sua ação e não autoritarismo) do acadêmico que trabalhou muito para tal, nem contra a existência de um método acadêmico (afinal é preciso rigor – não rigidez (BOURDIEU, 2001)), legitimado pela sociedade acadêmica e em geral. Nossa crítica é contra o abuso elitista e/ou alienado das práticas acadêmicas subjugadas pelas ideologias capitalistas, que pode ser percebido, dentre outras formas, nos seus modos de dizer¹³.

¹² O acadêmico, em geral, ainda, não conseguiu reconhecer a inadequabilidade de sua prática diante das transformações sociais hodiernas, assim, como o sindicalista, o militante partidário de esquerda, o líder comunitário que ainda limitam sua ação (uniforme que se sustenta apenas em relações homogêneas, não híbridas) à universidade, ao sindicato e a manifestações públicas pontuais e à panfletagem eleitoral, encontros partidários e reuniões no centro comunitário, respectivamente, – estes sujeitos (quem tradicionalmente assumiu o papel de luta social), é verdade, já dispõem sua atuação nas redes sociais, mas, ainda, muito “tímida e inocentemente” (sem as estratégias publicitárias e de *marketing* comerciais dos sujeitos que hoje concorrem para salvaguardar as condições materiais em que se sustenta o capitalismo e dos ativistas de direita, que financiam e organizam grandes sites de disseminação de (des) informação e recrutamento de adeptos). Canclini (1998) observa, inclusive, que os detentores de poder são os que mais estão conseguindo explorar estrategicamente as particularidades contemporâneas de hibridez das relações de poder. É nesse sentido que, como defendemos reiteradamente, urge a necessidade de que o acadêmico reivindique seu lugar de participação nos espaços públicos de produção cultural, sobretudo, naqueles da mídia que se organizam para aumentar a produtividade mercantil e constitutivamente o poder hegemônico, posto que, nessas *ágoras* — que estabelecem as diretrizes sociais em seus modos de ser, agir, sentir, querer, emocionar-se, pensar, gesticular, etc. —, o poder de decisão do que pode ser produzido é exercido por uma pequena parcela da alta elite capitalista; e, dado o interesse público destas esferas ideológicas, a academia não pode admitir sua exclusão dessa *seleta* que determina os destinos sociais, não para reclamar as *benesses* do poder, é claro, mas para lutar contra os processos de marginalização característicos dessas ordens. Diríamos, enfim, que é para destruir essa *ágora* propícia a interesses classistas e construir um *terreiro* afeito a interesses populares.

¹³ É claro que querer que a academia seja, soberana, ortodoxa e puritanamente, as regras de espaços que lhe são externos, das redes sociais, do meio jurídico e político, por exemplo, pode ser tão nefasto quanto o que faz os interesses do capital aí, mas ter sua participação deslegitimada é tão desastroso quanto. A questão é, enfim, de orientação. As discussões nos diversos meios sociais estão sendo desenvolvidas muitas vezes a despeito das que a academia faz. E não é o caso de aversão às suas discussões. O discurso do MBL, por exemplo, alardeia sua inspiração em pretensos filósofos, que, por sua vez, se vale do *Facebook* e *Youtube* para destilar suas interpretações “conspiratórias” (estratégia, infelizmente, de “sucesso”, haja vista ser senso comum temerem o nome “comunismo”, quase, como quem teme dizer o nome “diabo” e o associarem a uma “maligna” luta para transformar todo mundo em “gay”) contra a Escola de Frankfurt, Materialismo dialético. Em geral, as pessoas querem saber o que é ética e como funciona o motor de um carro, por exemplo. Há uma disposição delas para os conhecimentos que a academia produz. É por isso que é importante que instituições e sujeitos legítimos estejam atentos aos diversos “espaços de (des) aprendizagem”, onde condutas, sentidos e sensações são moldados fora de espaços que deveras possuem competência para tal como a escola e a universidade. Não para cercá-los, mas para participar da forma mais transformadora possível, uma vez que templos, agências bancárias, coachings, youtubers, celebridades, partidos, etc. “educam” para o mal e para o bem também, e, muitas vezes, a despeito do que as escolas e universidades propõem eticamente. No entanto, os rigores dos modos de ser acadêmico, que exigem anos de treinamento, não podem ser assimilados sem preparo, assim como os signos acadêmicos — modos de dizer, terminologias, referências, problemas, metodologias, etc. Isto contribui para que o contato entre mundo acadêmico seja mais de desencontros, “empurrões” e aversões que de familiaridade. Nesse sentido, para responder por que práticas fascistas se endossam, ao contrário do combate antifascista das instituições acadêmicas, pensamos, juntamente com a resposta óbvia de que a academia deve se

Deve-se ter isto claro para que o mundo acadêmico tenha consistência política suficiente para não sentir o ataque de sujeitos com interesses heteropatriarcais, colonizadores e mercantis de deslegitimar o potencial transformador da academia – como ocorre quando usuários (profissionais – blogueiros, youtubers, publicitários) de redes sociais, cuja “autoridade” é forjada e existente apenas nos padrões destas redes (e os interesses são elitistas), desprestigiam as práticas acadêmicas e acadêmicos respeitáveis. Enfim, não descartamos os criativamente constitutivos rituais e procedimentos acadêmicos (nem o de outras esferas), apenas consideramos que estes devem estar irmanados (assim como o de outras esferas) com os saberes dos grupos marginalizados, orientação a qual, juntamente, com as metodologias acadêmicas (e as específicas das demais esferas) devem ser os critérios de validação da forma, material e conteúdo acadêmicos e sobre os quais as práticas acadêmicas devem reclamar seu *éthos* e protagonismo sociais. Afinal, considerando que, segundo Santos (2018, p. 25-26), a ciência moderna, em geral, substitui a experiência do mundo pela experimentação do mundo (observação controlada – método rigoroso determinado pelas regularidades das leis) e que esta ciência está subjugada pelas políticas¹⁴ das epistemologias do norte (patriarcalismo, imperialismo e capitalismo); é preciso questionar: “para que serve um modelo de conhecimento que não se pergunta nunca pelos fins últimos, pela ética, nem pelos princípios últimos ontológicos?” (SANTOS, 2018, p. 31).

Todas essas questões envolvem a reflexão sobre a pertinência dos rituais acadêmicos quando de suas produções quanto à recepção do público não acadêmico. O debate entre formas canônicas e não-canônicas de produção discursiva acadêmica se inscreve aí, também. Esta questão pode ser desenvolvida pela problematização do engessamento de temas, estilos e composições dos produtos acadêmicos. Esta problematização evidencia o jogo

aproximar efetivamente da comunidade, se não é o caso de problematizar a própria forma dessa aproximação, nos seguintes termos: o enunciado concreto acadêmico está “predisposto” a ser experimentado pela comunidade no caso desse contato chegar a ser realizado? A própria possibilidade da superação dos muros acadêmicos e sua circulação nas praças, mercados, casas das pessoas, shoppings e/ou assembleias legislativas é algo hoje exequível? Em geral, as pessoas conseguem “vencer” as vicissitudes da produção acadêmica com a mesma facilidade com que se dedicam à audiência de um “tutorial” de *Youtube* sobre como fazer sorvete caseiro, aprender a chutar com a perna esquerda?

¹⁴ Tais políticas nortecêntricas que constroem a ciência assentam-se na ideia de que só existe um conhecimento válido (assim, excluindo o conhecimento dos povos que não usam a ciência moderna (SANTOS, 2008, p. 29) – o conhecimento rigoroso da (sua, a do norte) ciência, a moderna. Santos (2018, p. 34-35), nesse sentido, destaca que as duas formas de conhecimento da modernidade são: conhecimento-regulação e conhecimento-emancipação. O primeiro parte da ignorância/caos para a o conhecimento/ordem; o segundo do colonialismo epistêmico (alguém pode saber outros não) para a solidariedade. Este conduz a luta anticapitalista, aquele afirma o capitalismo.

responsivo que a prática acadêmica estabelece com a tradição e com a crítica dessa e, através dele, podemos questionar que no ato dessa prática se pode responder mais aos rituais do seu meio que à necessidade de se fazer palatável à comunidade em geral. A subversão dos cânones da produção acadêmica, especialmente de suas práticas discursivas, pode ser um passo para se pensar a desconstrução do muro (que, inclusive, felizmente, já está, em parte, em curso) que separa a circulação dessa produção e os fluxos discursivos fora das universidades. A questão não é de simplificação da linguagem, uma vez que a predisposição à incompreensão é uma estratégia persuasiva nas práticas discursivas administradas pelas “agências” que controlam quais discursos devem ser consumidos. E mesmo as práticas cotidianas não são delineadas por formas de dizer “simples”, pelo contrário seus rituais de criação e vivência são tão complexos como os de qualquer esfera, assim, dizer simplifique para as pessoas entenderem é mais uma faceta da lógica de controle social. A questão é de imersão autêntica nas esferas de conhecimentos, familiarizando os sujeitos aos modos, locais, condutas, etc. de produção, leitura, debate e práticas. É possível disparar-se ações em função da reorganização dos rituais acadêmicos e sua (re) inscrição nos rituais extra-acadêmicos, fazer suas condições de produção, recepção e circulação cruzarem-se com os fluxos característicos das interações não acadêmicas¹⁵. É fazer com que mais sujeitos sociais frequentem os espaços da academia, sem pretensões e traumas, como quem visita um jardim botânico, uma praia — a fim de apenas experimentar suas potências (o que não significa que as discussões não se devam desenvolver com todas as complexidades que há, se inscritas autenticamente no meio, isto é, “aparelhadas” teórica e proceduralmente conforme os ritos e expectativas específicos) e com que a academia se familiarize, não se espante, tema ou queira moralizar, com modos de ser das diversas alteridades (o que não implica que ela renegue suas bases históricas ou que não sugira transformações de problemas).

¹⁵ Considere-se, para ilustrar a discussão, que programas como o televisivo “Casos de Família” (SBT) e o radialista “História da minha vida” (rádio FM 88.9) estruturam-se a partir da discussão de problemas pessoais, em que ouvintes e pretensos profissionais especialistas convidados dão opinião sobre, os quais se baseiam em experiências de vida e normatividades morais, conhecimento popular e científico. O fato é que dada sua audiência, percebe-se, para além do *voyeurismo* e “alcovitagem”, o interesse das pessoas por discutir as vicissitudes de sua vida, levantando questões, propondo hipóteses, estabelecendo conexões com conhecimentos de mundo, tirando conclusões, o que lembra bastante os estudos de caso. Caso a academia se aproximasse desse interesse (reivindicando sua participação nesse tipo de debate público e assumindo seu papel político de mantenedora de práticas solidárias – combatendo, nesse caso, os interesses de mercado que aí se sobrepoem), seria possível estreitar seus laços transformadores com a comunidade.

Não é que o discurso acadêmico tenha que deixar de sê-lo; ao contrário, deve continuar respeitando sua história (criativamente e não paranoica, servil e temerosamente), mas deve inscrever-se nos circuitos da comunidade: ser visto e lembrado, quando esta ouve música, passeia, faz compras, etc. Isto não é algo insólito, os discursos políticos e marketeiros fazem-no maciçamente¹⁶. A questão é de presença (desterritorializando) nos diversos territórios dominados despoticamente por esferas reacionárias, máxime, a mercantil-financeira. E, efetivamente, se a prática discursiva acadêmica já começa a estranhar os rituais intramuros da academia, pode ser porque ela requeira outros ares. Pense-se (nem precisa ir muito longe, pois são muitos os exemplos, felizmente) em vez de uma defesa a quatro paredes, uma defesa transmitida numa *live*; em vez de se investir numa seção de comunicação para meia dúzia de colegas, se comprarem espaços em jornais e revistas comerciais (por mais tacanho que possa parecer) para que estes estudantes façam suas discussões; em vez de aulas privadas, organizar encontros em escolas da periferia para ministrar essas mesmas aulas, com a participação dos professores e pais. É claro que pensar cortar o cordão umbilical da produção acadêmica de seu seio é uma discussão monumental (e é claro também que é possível encontrar diversas ações nesse sentido), mas não se descarta a possibilidade de que se pense que as transformações retóricas que a produção acadêmica sofre já são um ato heroico para que fases vindouras construtoras solidifiquem esse processo de prodigalidade, que buscam salientar as relações autorais na produção acadêmica, uma vez que também possuem, mesmo que específicas, funções criativas como possuem outros discursos, sejam artísticos, coloquiais, jurídicos, comerciais, etc., o que implica a necessidade constante de problematizar a forma discursiva como *locum* que ecoa posições políticas (contra a arrogante noção de neutralidade e universalidade). As ponderações feitas, nesta seção, enfim implicam discutir quem é o pesquisador, quais as suas condições sociais, históricas e quais seus interesses, como conclusão dessa discussão.

A CONDIÇÃO DIASPÓRICA DO ACADÊMICO

Acreditamos que estas questões são importantes tanto pelos problemas que levantam sobre o papel político da academia e da sua tensa relação com instituições sociais e

¹⁶ Determinados setores conservadores como a bancada evangélica e ruralista patrocinam e compram espaços, quando não criam o próprio, em jornais impressos e programas televisivos, enxertando sua ideologia neoliberal escravagista.

causas públicas quanto salienta as potências éticas das transformações estéticas dos modos de dizer acadêmicos sensíveis a atos em campo, que podem desencadear autenticamente afetos afirmativos. E para finalizá-la devemos destacar que problematizar as especificidades de uma prática discursiva demanda discussões a respeito de quem, onde e quando, diz e interage com/em/para ela. Isto porque, como vimos, apesar e em nome dela se estabelecem práticas determinantes da vida das pessoas, ora para o bem e ora para o mal. Por isso, acreditamos que as condições históricas do acadêmico devem ser consideradas tanto para avaliarmos a dimensão de questões como o papel político do pesquisador e da academia, quanto, no que toca à questão de que para compreender transformações dos modos de produção discursiva deve-se ter em mente questões sobre as suas condições de produção, circulação e recepção. Certamente, o acadêmico hoje não é o mesmo que os de outrora (é preciso destacar aqui o papel de políticas públicas afirmativas como as de democratização do ensino superior que permitiram que os quadros de acadêmicos fossem compostos por sujeitos historicamente marginalizados deles). De acordo com Sovik (*apud* HALL, 2003, p. 15-16), as relações de identidade se delineiam enquanto um lugar que se assume, uma costura de posição e contexto, e não como uma essência ou substância a ser examinada. Nesse sentido, Hall (2003) destaca a tensão entre discursos e suas circunstâncias, inclusive, a entre quem narra (a ciência não deixa de ser uma forma de criar narrativas no mundo que produzem este mundo) e o que é narrado no trabalho crítico-teórico científico. De fato, a pesquisa acadêmica está inevitavelmente comprometida com as visões de mundo do pesquisador e do lugar e do tempo em que ela está institucionalizada, por isso, a necessidade de se estar vigilante quanto à própria forma específica da própria existência, quando falamos daquilo que não está no nosso lugar, sem o quê, é possível que falemos acriticamente apenas “do continente [pé!] da própria experiência” (SOVIK, *apud* HALL, 2003, p. 17). É importante considerar o que Hall (2003, p. 415) observa como uma singularidade de sua pesquisa, qual seja,

conheço intimamente os dois lugares [da ciência e do campo], mas não pertencço completamente a nenhum deles. E esta é exatamente a experiência diaspórica, longe o suficiente para experimentar o sentimento de exílio e perda, perto o suficiente para entender o enigma de uma “chegada” sempre adiada (é impossível voltar pra casa de novo, pois as experiências lá não são as mesmas aqui).

Esta condição se funda através das relações que o pesquisador mantém com os lugares da academia e do campo. No caso, Hall tem uma ligação de identidade com ambos. Quando o pesquisador foi (é) apenas um estrangeiro (destaque-se o quanto entre as produções

iluministas há relatos de viagem) que se interessa — curiosa, exótica e/ou colonizadamente — pelo lugar desconhecido, sua compreensão deste lugar historicamente se tornou (torna) compreensão/dominação — sobreposição do ponto de vista do pesquisador sobre o do pesquisado. Por outro lado, quando o pesquisador passou a ter laços familiares com o campo de pesquisa (destaque-se: há uma sincronia entre vontades de mudanças no modo de dizer e a emergência desse novo sujeito) a compreensão historicamente pôde ser (o que não quer dizer que seja por si mesma) compreensão/emancipação — emergência de sentidos transformadores através da contradição de pontos de vista. O caráter engajado de pesquisas críticas que pretendem, juntamente com “avanços teóricos” na área, a superação de relações de exploração social evidencia essa condição (o que reflete as políticas de inclusão de sujeitos historicamente marginalizados em espaços de empoderamento, como a universidade), uma vez que, muitas vezes, são pesquisadores que possuem algum vínculo pessoal com os problemas do campo, de maneira que a linha que distingue as fronteiras de quem seja o “sujeito” e o “objeto” da pesquisa não sejam mais abstratamente tão rigorosas.

É fundamental frisar que a problematização dessa fronteira, particularmente, se relaciona com a atenção urgente que a extensão universitária implica. As questões a respeito de qual o papel da universidade frente à sociedade estão atreladas a de quem compõe os seus quadros. Como estamos discutindo, nesse momento, os sujeitos que assumiram o “lugar” de pesquisador, até, pouco tempo, exclusivamente, de classe média e/ou alta e interessados em “receber” uma formação para assumir os “papéis” de “administradores” dos destinos econômicos, políticos, morais da família, do país, agora dividem (e não pacificamente) esse lugar com outros sujeitos que, em geral, nas condições diaspóricas que discutimos, pretendem outros interesses, os de emancipação social de si, dos seus pares e de todos os mais que sofrem injustiças históricas. Desta maneira, a revisão da relação universidade-comunidade é repensada em diversas perspectivas. A partir de Carvalho e Mendes (2009), podemos perceber que as políticas de extensão se orientam para superar tratamentos colonizadores, populistas e tecnicistas desenvolvimentistas que conservadoramente a universidade despende quando pretende uma ação em prol das comunidades fora da universidade. A lógica de que a universidade deve oferecer auxílio para o desenvolvimento do mercado ou que deve criar equipamentos sociais para que a comunidade recorra a fim de “resolver” seus problemas endossa a lógica imperialista de concentrar as possibilidades de ação numa elite que arroga a si a “competência” para gerir os destinos da sociedade. Carvalho e Mendes (2009) destacam

que a extensão universitária é uma forma de consolidar os laços dialógicos entre universidade e comunidade em função da construção popular de encaminhamentos para enfrentar demandas de grupos marginalizados. Isto ocorre, em muito devido ao contínuo esboroamento de senhoriais fronteiras entre quem é o acadêmico propositor e o não acadêmico “incompetente” em termos de autogestão e à visibilização e à afirmação de sujeitos críticos que somam forças e buscam escutar-se para resistir e revidar contra violências estruturais. Logo, do mesmo modo que o sujeito acadêmico se delinea numa condição diaspórica, os limites classistas das funções de pesquisa, de ensino e de extensão estão cada vez mais mestiços, o que não à toa também ecoa o fato de que metodologias e concepções de ciência que assumem a transformação social de condições de exploração causadas por ordens hegemônicas estão ganhando cada vez mais espaço e poder no meio acadêmico — justamente no período em que mais membros de comunidades historicamente marginalizadas pelo *status quo* reclamam e ocupam esse meio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. 2.ed. São Paulo: Edusp, 1998.

CARVALHO, Sandra. Maria Gadelha; MENDES, José Ernandi. Extensão universitária: compromisso social, resistência e produção de conhecimentos. **Interface** (Maynooth), v. 1, n. 1, p. 79-104, jan. 2009. Disponível em: <http://interfacejournal.net/wordpress/wp-content/uploads/2010/11/interface-issue-1-1-pp79-104-MendesCarvalho.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2020.

CORACINI, Maria José Rodrigues Faria. **Um fazer persuasivo: o discurso subjetivo da ciência**. - 1. ed. - São Paulo : Educ ; Campinas, SP: Pontes, 1991 (versão digital). Disponível em: <https://falaminhalingua01.files.wordpress.com/2019/08/um-fazer-persuasivo-o-discurso-subjetivo-da-cic3aancia.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2021.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Tradução de Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

KROEF, Ada Beatriz Gallicchio. **Escola como polo cultural: contornos mutantes em fronteiras fixas**. Fortaleza: Imprensa Universitária - UFC, 2017. (versão digital). Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/29304/3/2017_liv_akroef.pdf. Acesso em: 24 jan. 2021.

KROEF, Ada Beatriz Gallicchio. **Currículo-nômade: sobrevoos de bruxas e travessias de piratas**. 2003. 171 f. Tese (Doutorado em educação) — Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/4994?show=full>. Acesso em: 09 set. 2021.

LATOUR, Bruno. **Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora**. Tradução de Ivone Benedetti. São Paulo: UNESP, 2000.

MARTINS FERREIRA, Dina Maria. Escrita acadêmica e criticidade. **Raído**, Dourados, MS, v. 11, n. 27, p. 13-22, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/Raido/article/view/5599>. Acesso em: 24 jan. 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Na oficina do sociólogo artesão**. São Paulo: Cortez, 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 5. ed. - São Paulo: Cortez, 2008 (versão digital). Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1979672/mod_resource/content/1/SANTOS%20Um%20discurso%20sobre%20as%20ci%C3%A2ncias_LIVRO.pdf. Acesso em: 24 jan. 2021.

SANTOS, Da sociologia da ciência à política científica. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 1, p. 11-56, jun. 1978. Disponível em: <https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/10790/3/Da%20Sociologia%20da%20Ci%C3%AAncia%20%C3%A0%20Pol%C3%ADtica%20Cient%C3%ADfica.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2021.

ROLIM, Wiliane Viriato. A filosofia como discurso constituinte. **Letras & Letras**, Uberlândia, v 22, n. 2, p. 47-54, jul./dez. 2006. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/letraseletras/article/view/25231>. Acesso em: 2 set. 2021.

Artigo recebido em outubro de 2021. Aprovado em dezembro de 2021.